



## Ministério da Fazenda

# O Desafios do Ajuste Fiscal

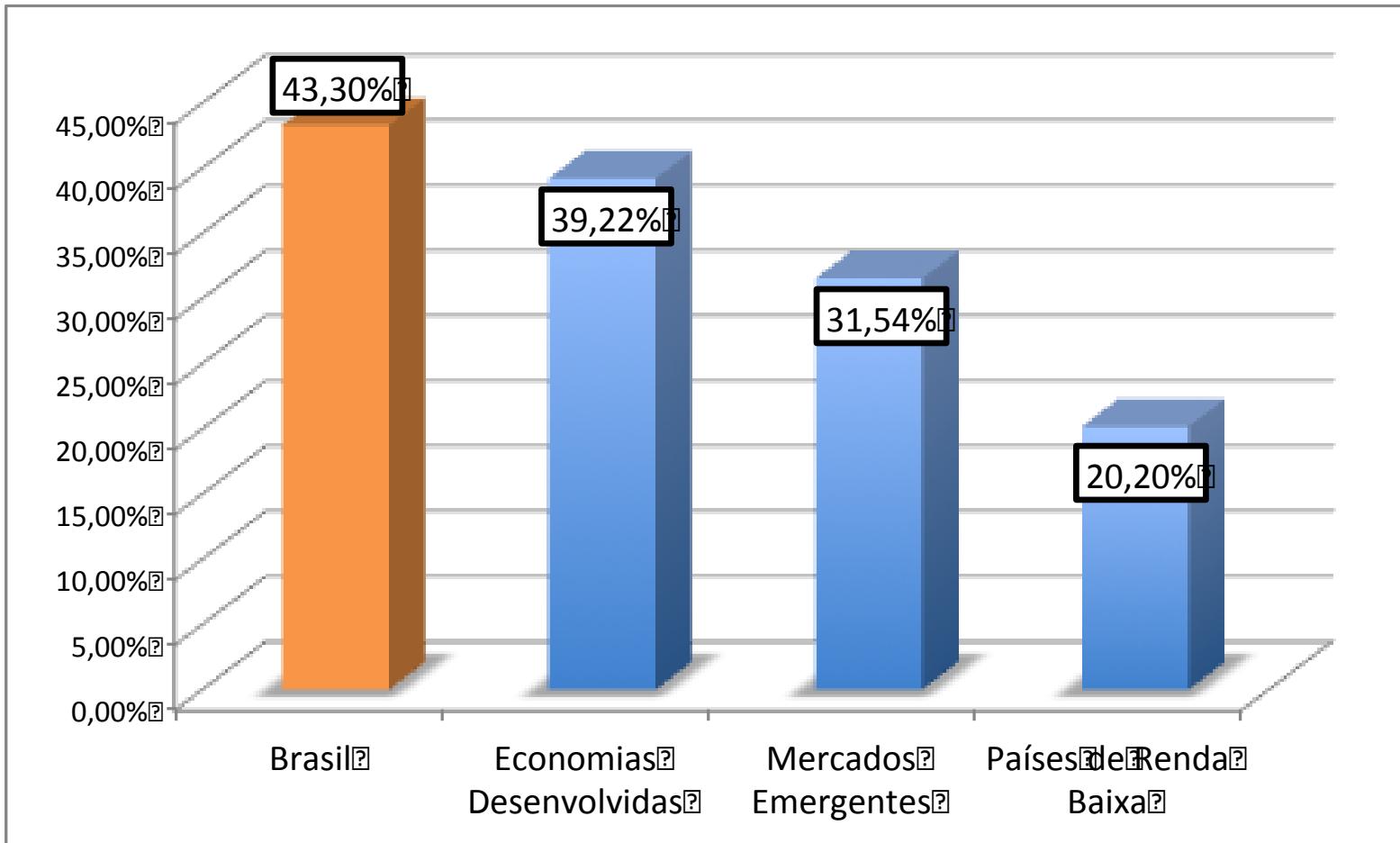
*16 de agosto de 2016*



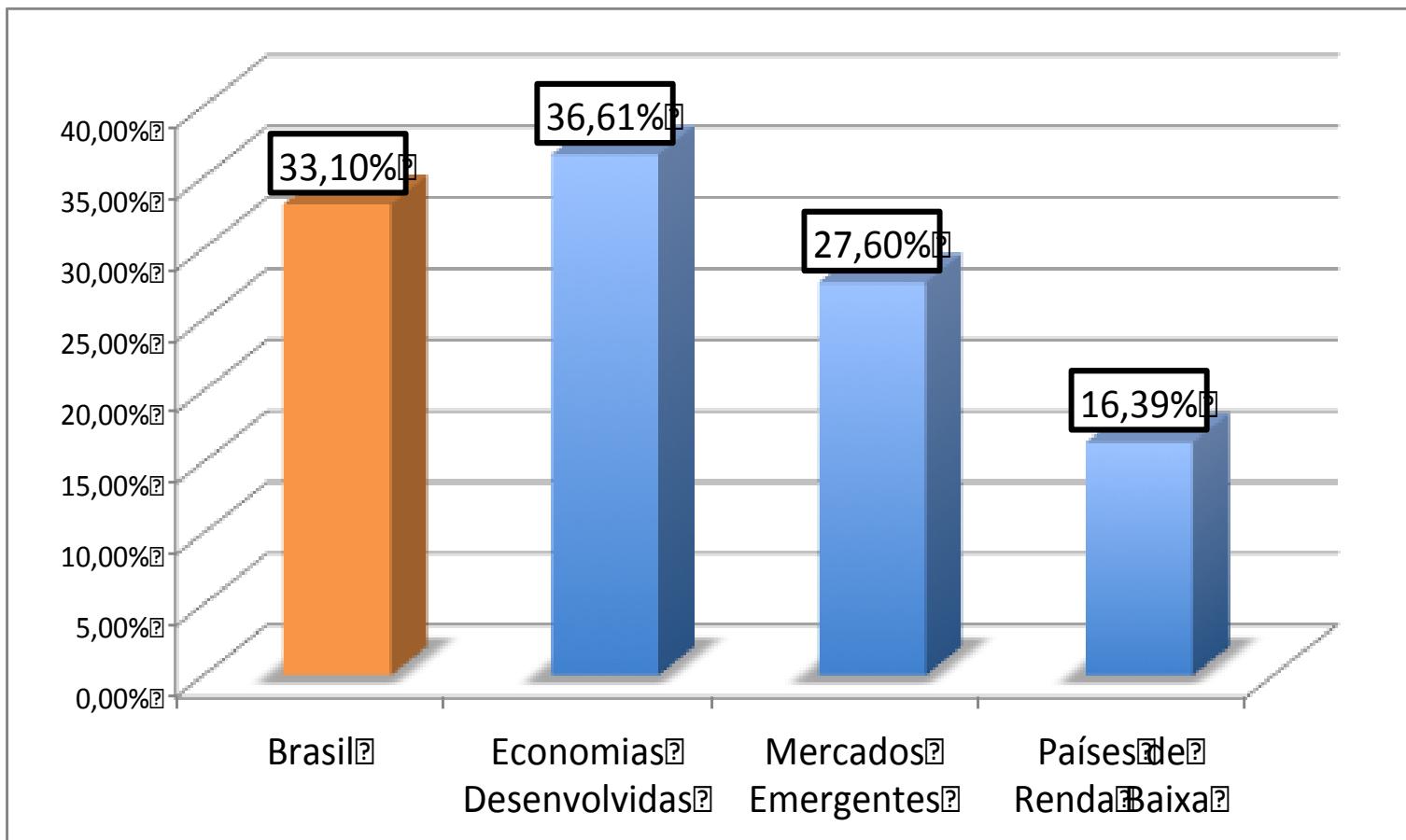
# Ministério da Fazenda

## PARTE I – Diagnóstico

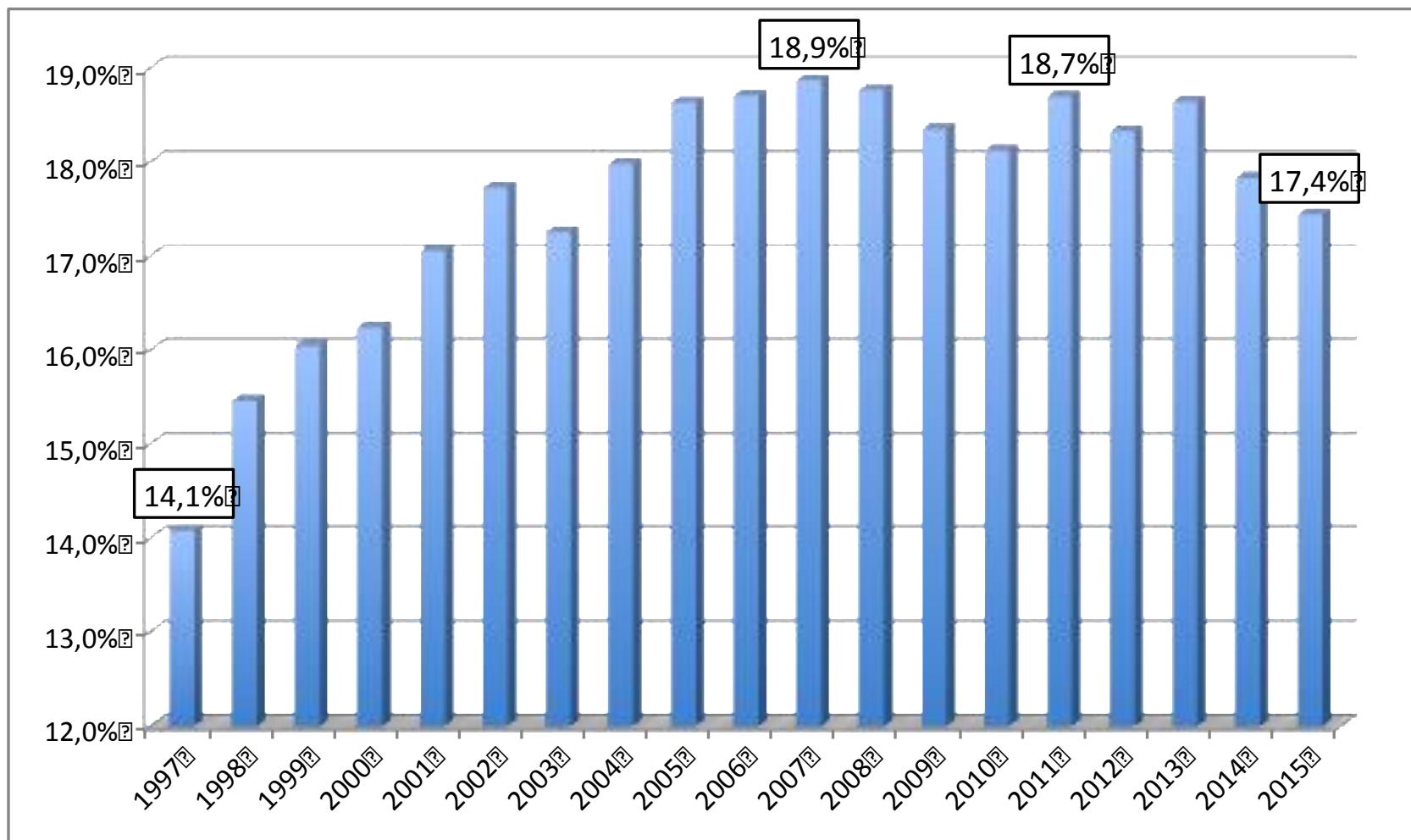
# Despesa Pública - % do PIB (FMI) - 2015



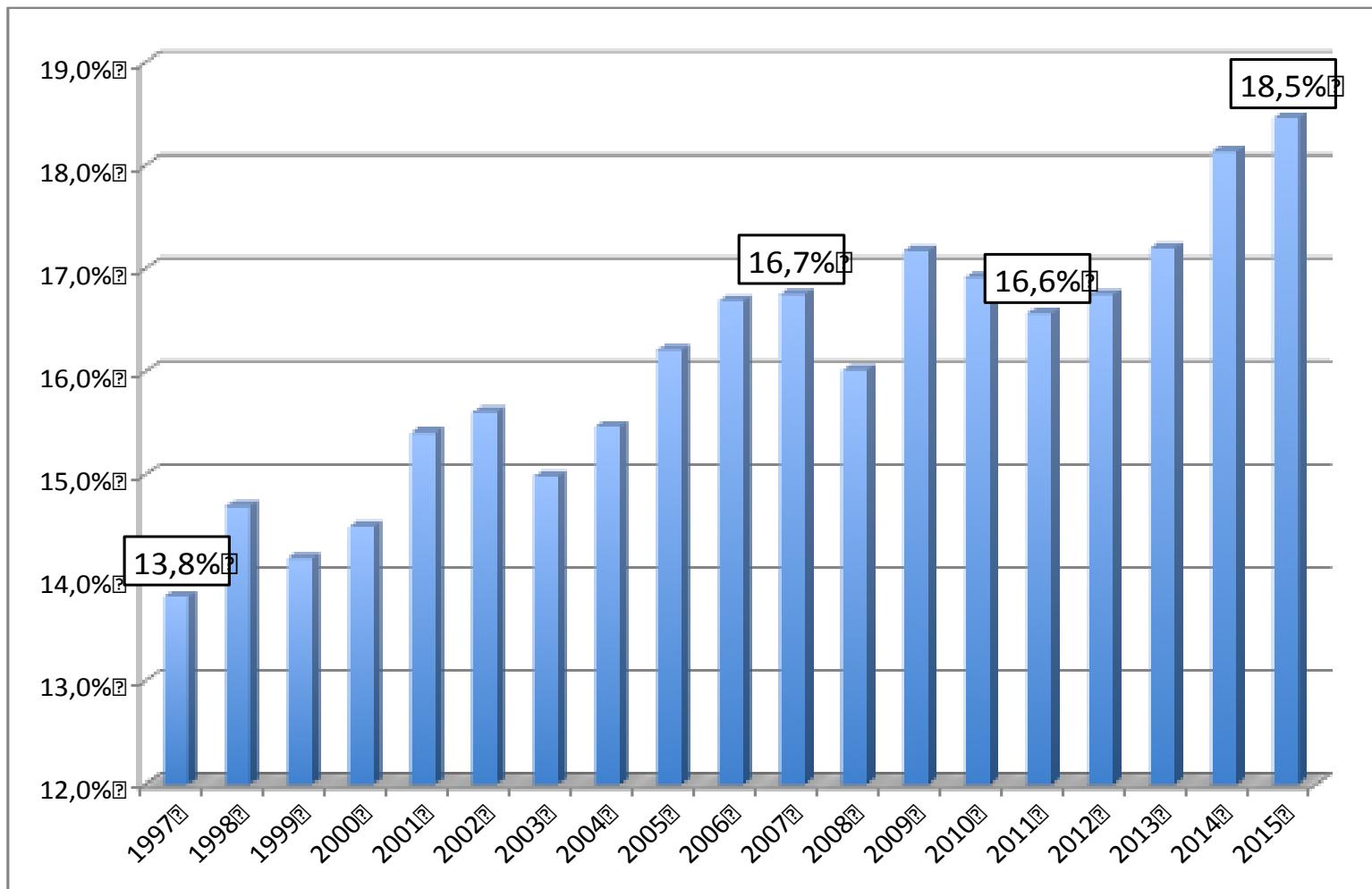
# Carga Tributária - % do PIB – 2015 (FMI)



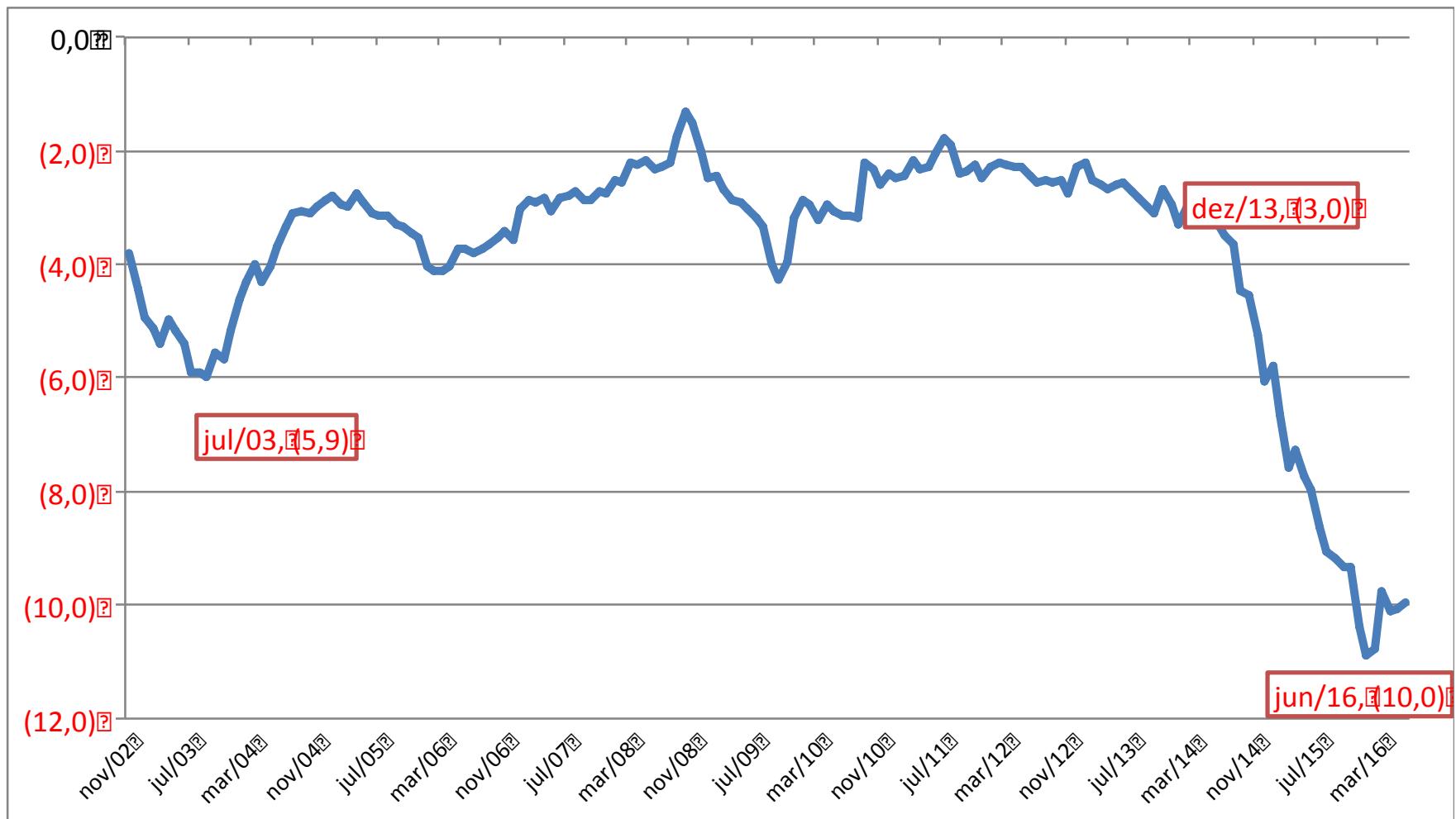
# Rec. Líquida do Gov. Central – 1997-2015 - % do PIB



# Despesa Primária do Gov. Central – 1997-2015 % do PIB

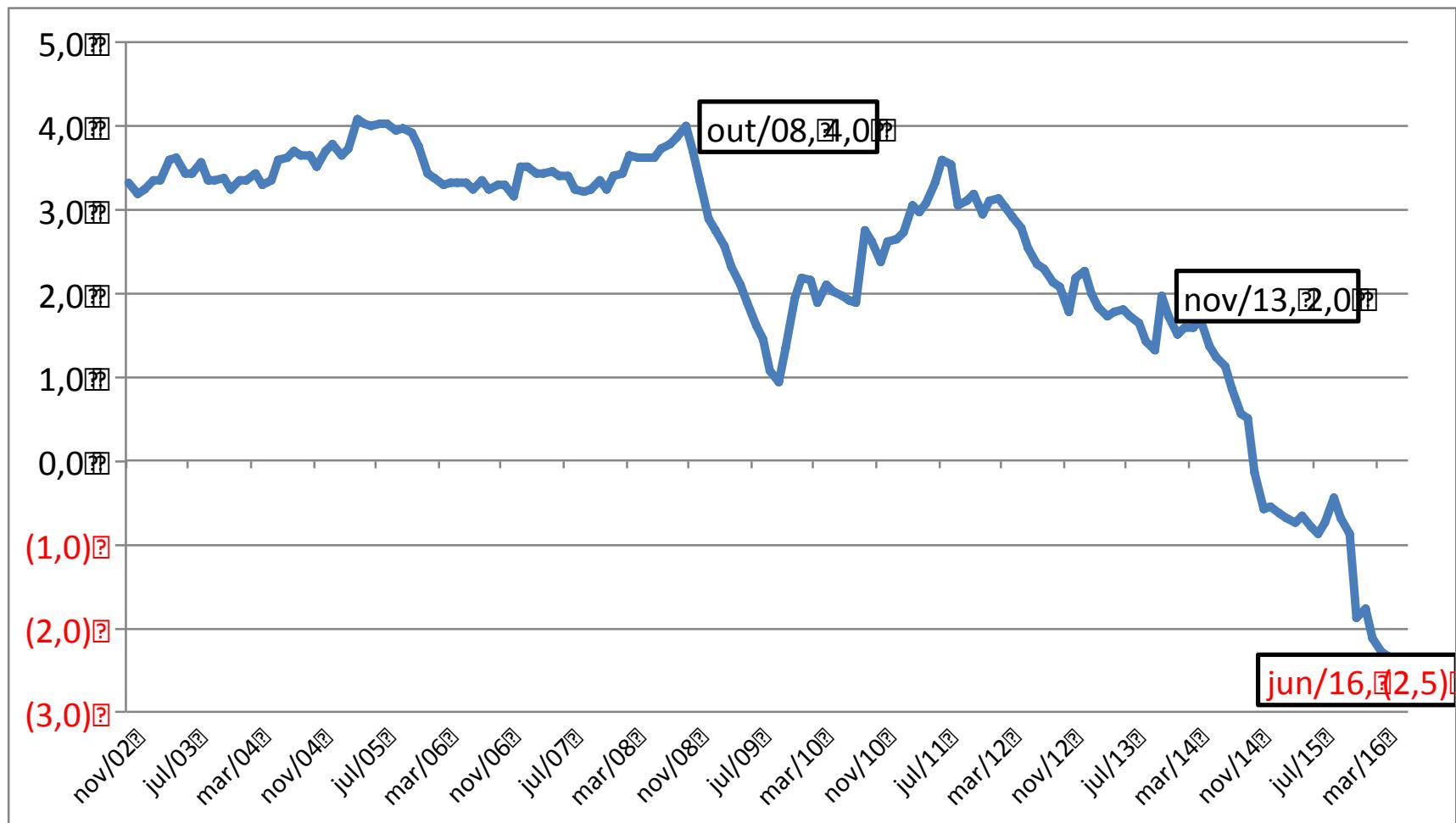


# Resultado Nominal do Setor Público – 2002 - 2016/JUN – 12 meses - % do PIB

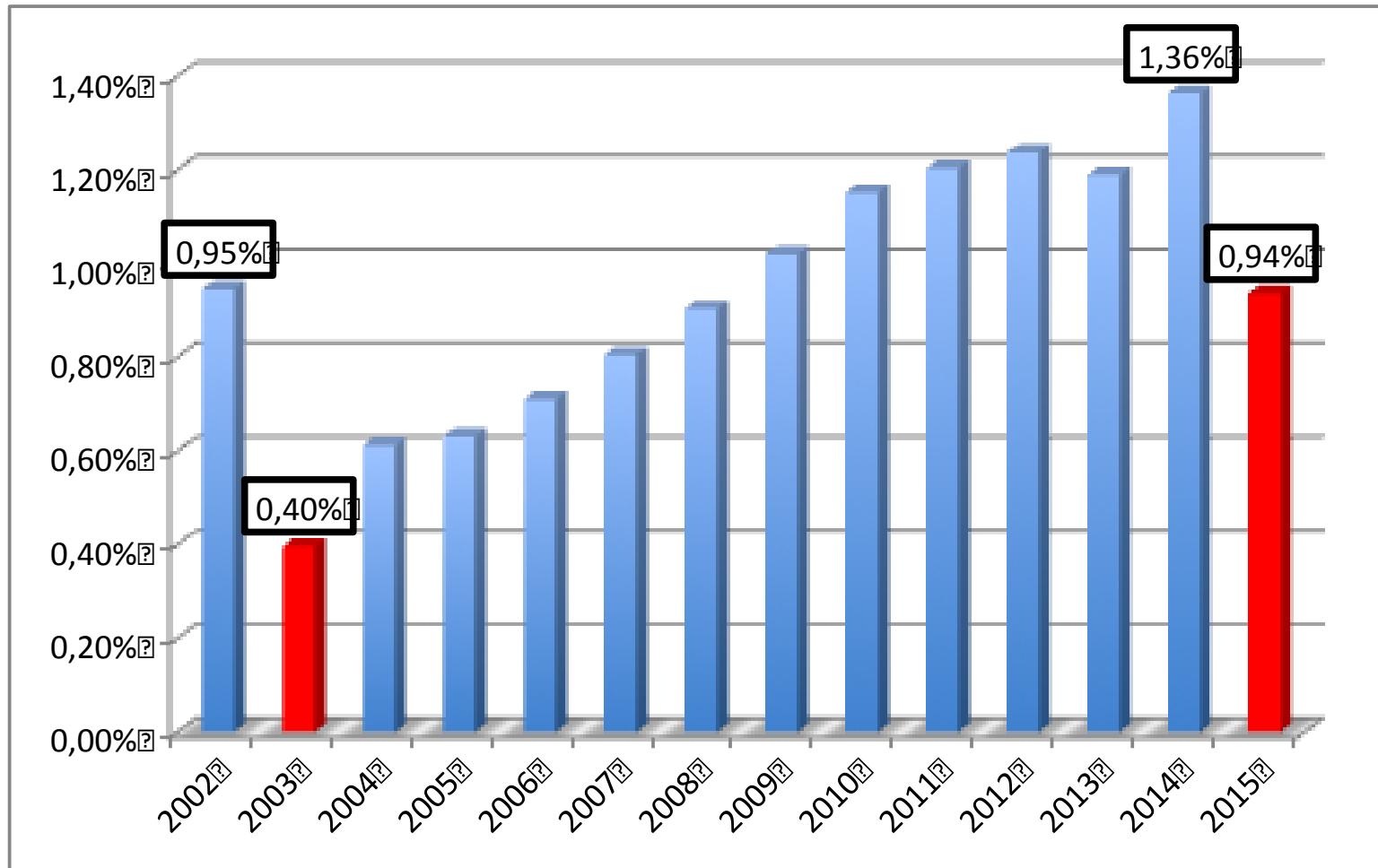


# Resultado Primário do Setor Público – 2002 -2016/JUN

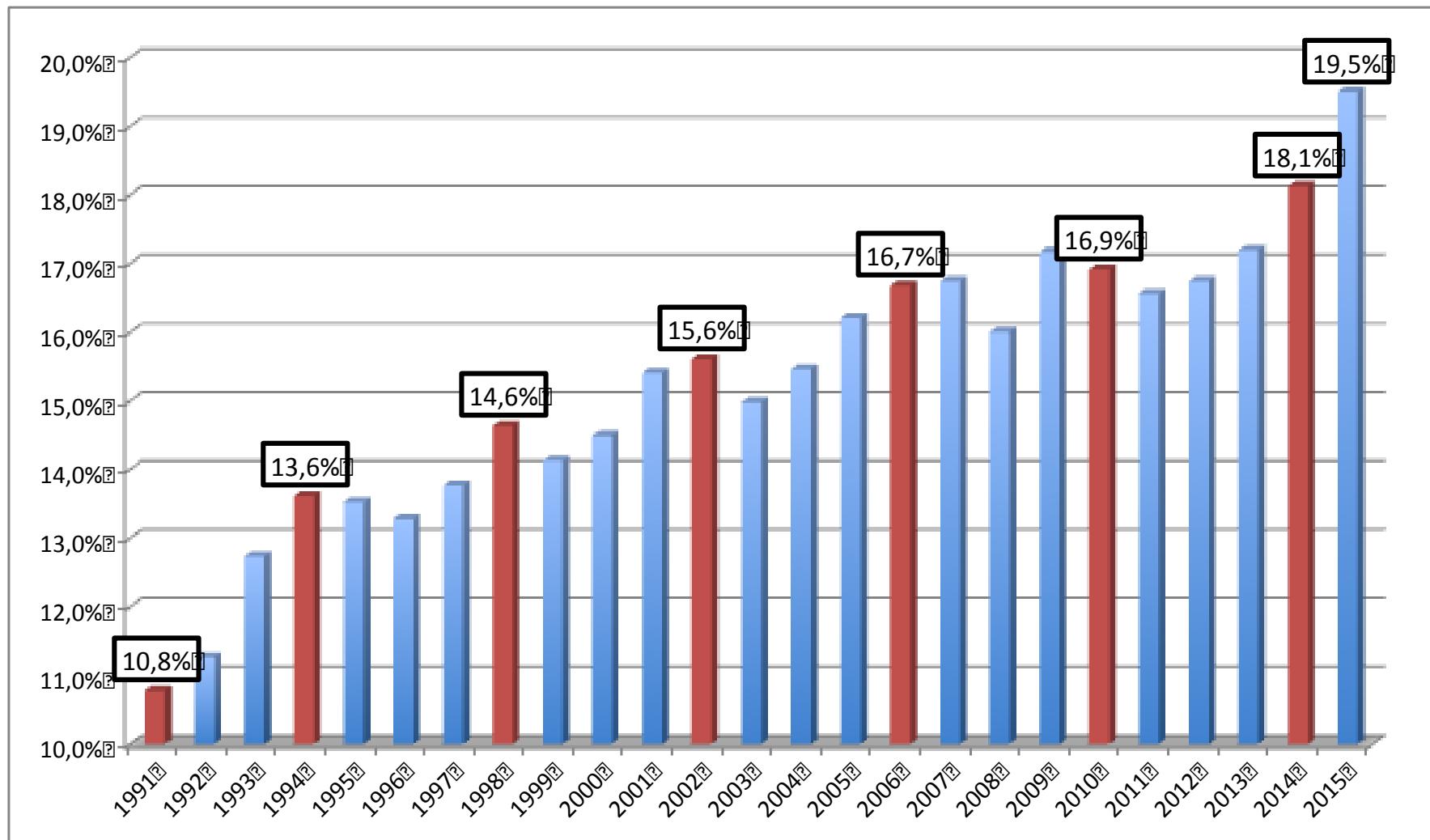
## – 12 meses - % do PIB



# Investimento da União - 1999-2015 – sem estatais - % do PIB



# Despesa Primária do Governo Central 1991 – 2015 - % do PIB



# Crescimento da Despesa Primária

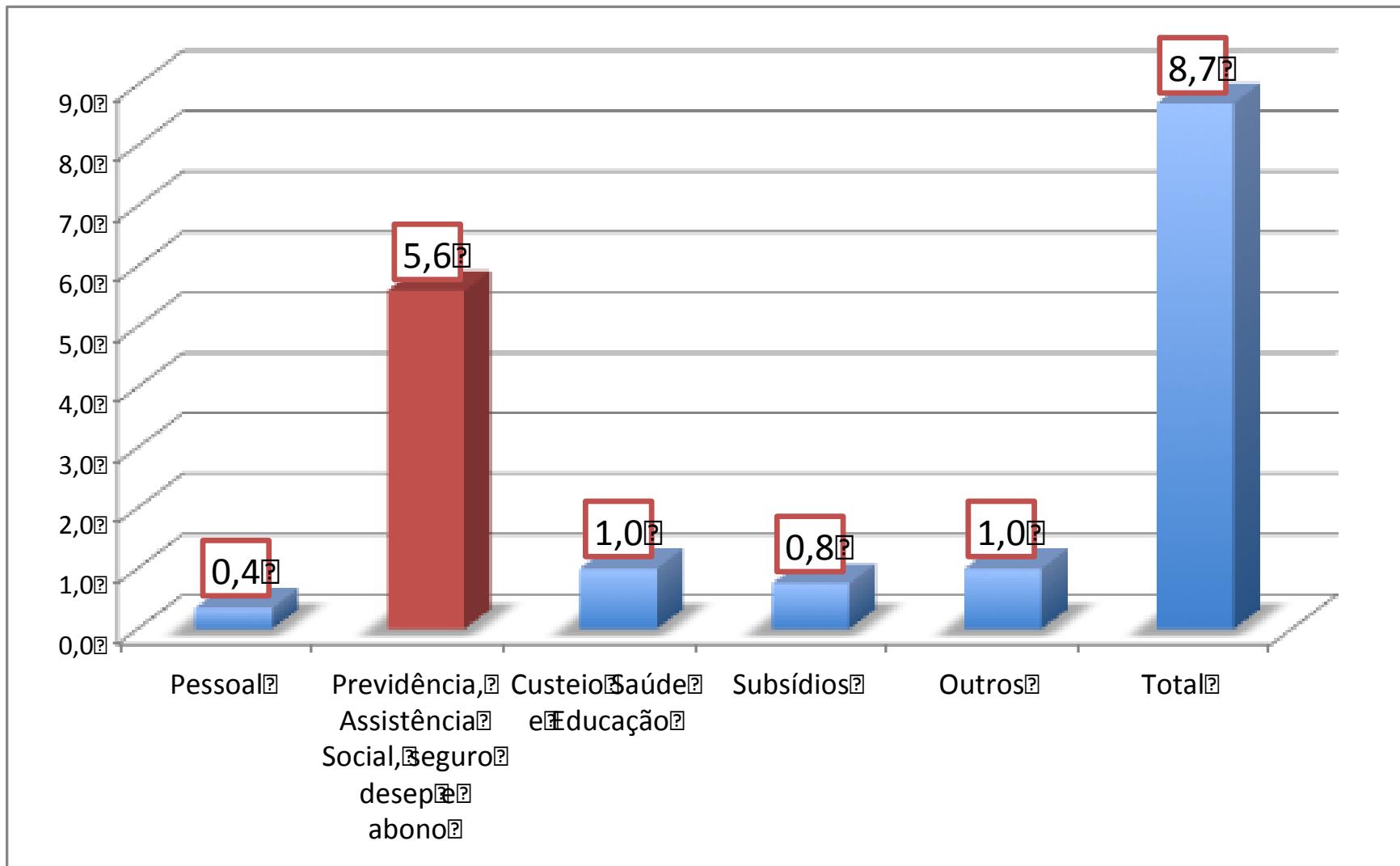
## Governo Central – 1991-2015

- De 1991 a 2015, a despesa primária do governo central passou de 10,8% para 19,5% do PIB = crescimento de 8,7 pontos de percentagem do PIB.
- Desde o início da década de 1990, Nenhum governante conseguiu reduzir a despesa primária do governo central como porcentagem do PIB.
- Há portanto, um desequilíbrio estrutural das contas públicas no Brasil, que foi agravado no período recente pela recessão e crescimento conjuntural do gasto público na administração anterior.

# O que explica o Crescimento da Despesa Primária do Governo Federal de 1991 a 2015?

- De 1991 a 2015, 65% do crescimento da despesa primária do governo federal como % do PIB decorreu de programas de transferência de renda (INSS, LOAS/BPC, seguro desemprego, abono salarial e bolsa família).
- Se além dos programas de transferência de renda incluirmos a despesa de custeio com saúde e educação, essas despesas explicam 75% do crescimento da despesa primária como percentual do PIB de 1991 a 2015.

# Crescimento da Despesa Primária em Pontos de Percentagem do PIB de 1991 a 2015



# Subsídios, Novos programas e Desonerações – 2009-2015 – R\$ bilhões correntes

	Subsidios	CDE	MCMV	Desoneração da Folha	TOTAL
2009	19				19
2010	18,04		,57		,61
2011	10,52		,70		8,22
2012	11,27		1,30		14,36
2013	10,14	,87	4,20		11,23
2014	9,01	,21	7,66		13,93
2015	13,35	,26	2,04		12,05

Fonte: Tesouro Nacional

CDE = Conta de Desenvolvimento Energético

# Pontos Principais

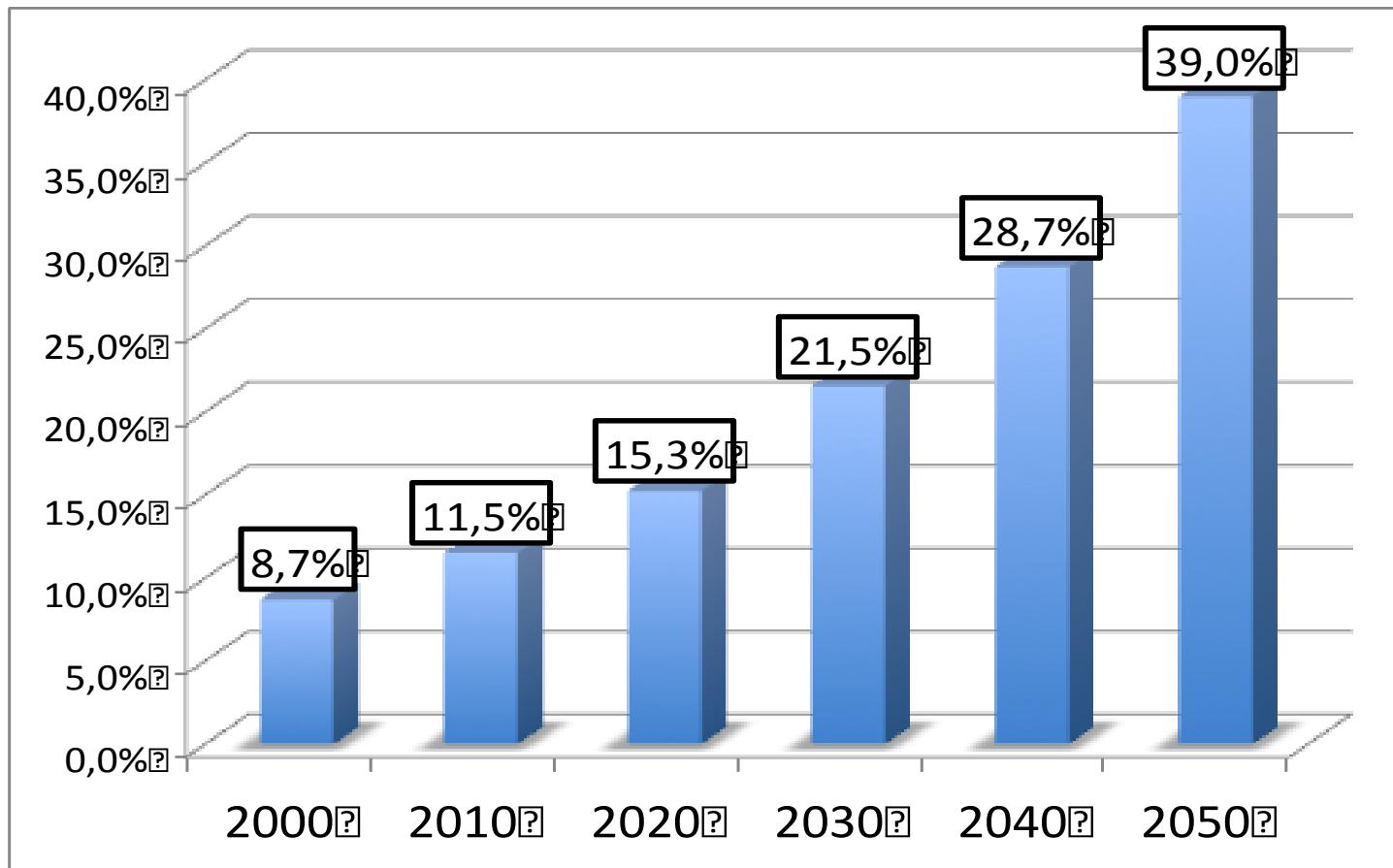
- É preciso modificar regras de vinculação do gasto público para controlar o crescimento da despesa primária do governo federal.
- Crescimento da despesa primária do governo federal foi fortemente afetado pelo crescimento da despesa com previdência: INSS.
- O Brasil precisa reformar a previdência para garantir a sustentabilidade do sistema.

# Previdência – Aposentadorias e pensões – 2009 – RPPS e RGPS

	Ano	Razão de dependência (> 64 anos) - % da população em idade ativa	Gasto Público com previdência - % do PIB
Alemanha	2009	31,19	11,25
Brasil	2009	10,01	11,40
Estados Unidos	2009	19,11	6,82
Espanha	2009	24,86	9,28
França	2009	25,56	13,73
Itália	2009	30,56	15,44
Japão	2009	34,64	10,17
Portugal	2009	26,60	12,32

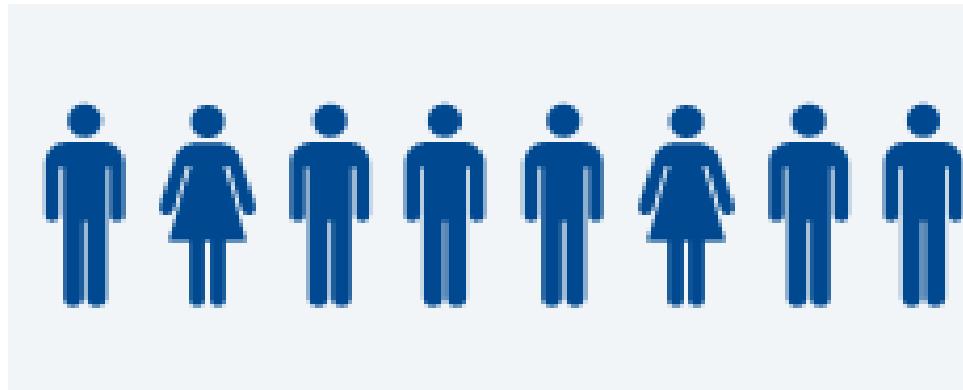
Fonte: OCDE e Banco Mundial

# Envelhecimento da População Brasileira – Pop. com 65 ou mais anos/População de 15-64 anos

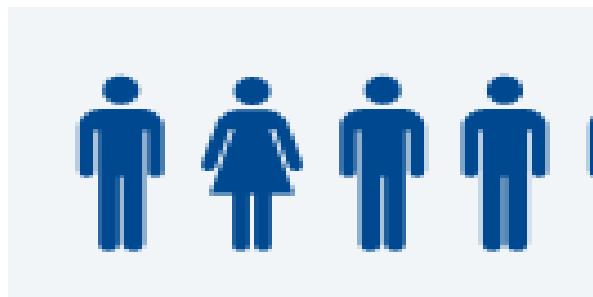


Fonte: IBGE

# Quantas pessoas trabalham para cada pessoa com 65 anos ou mais de idade?



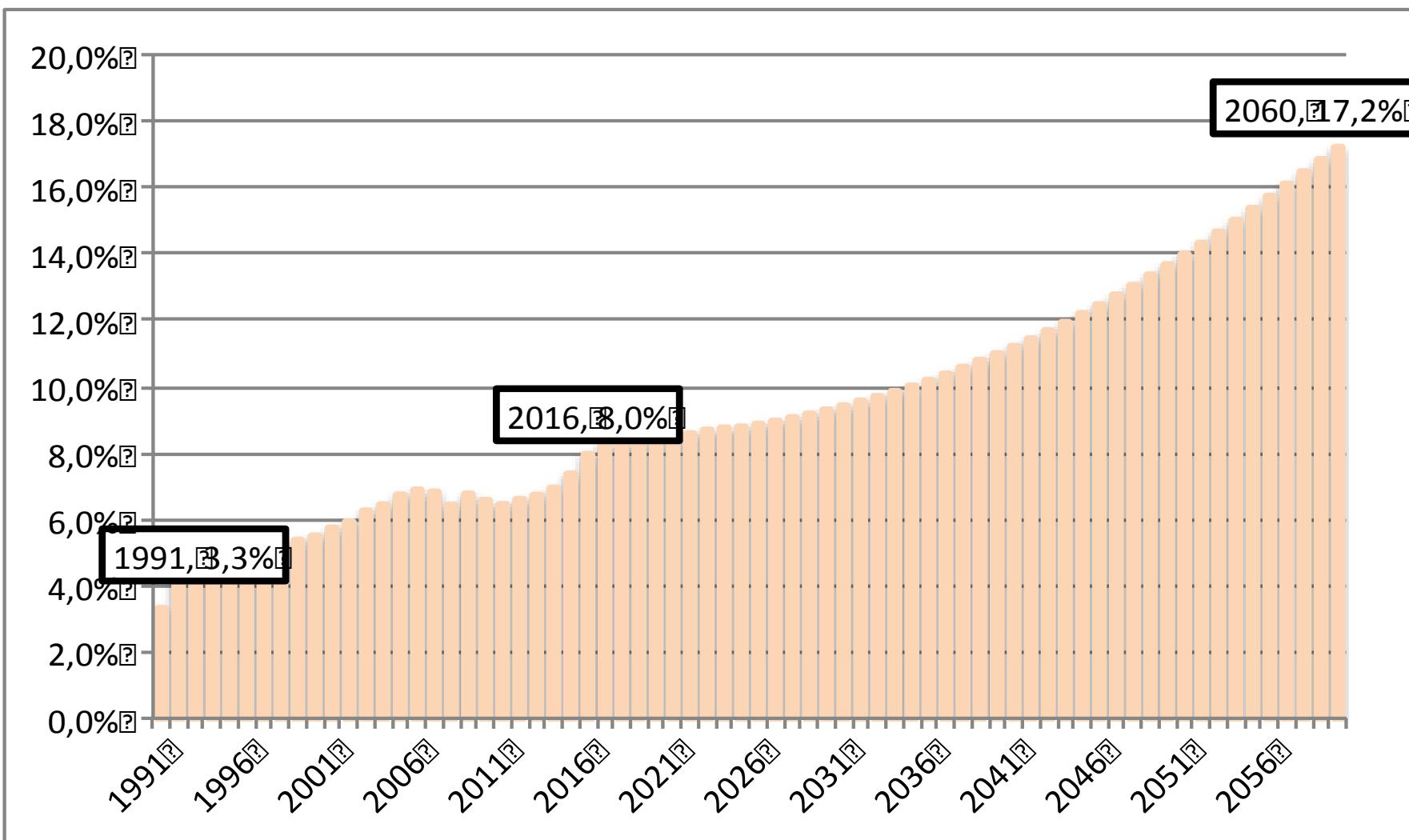
2015: 8 pessoas



2040: 4  
pessoas

Fonte: IBGE

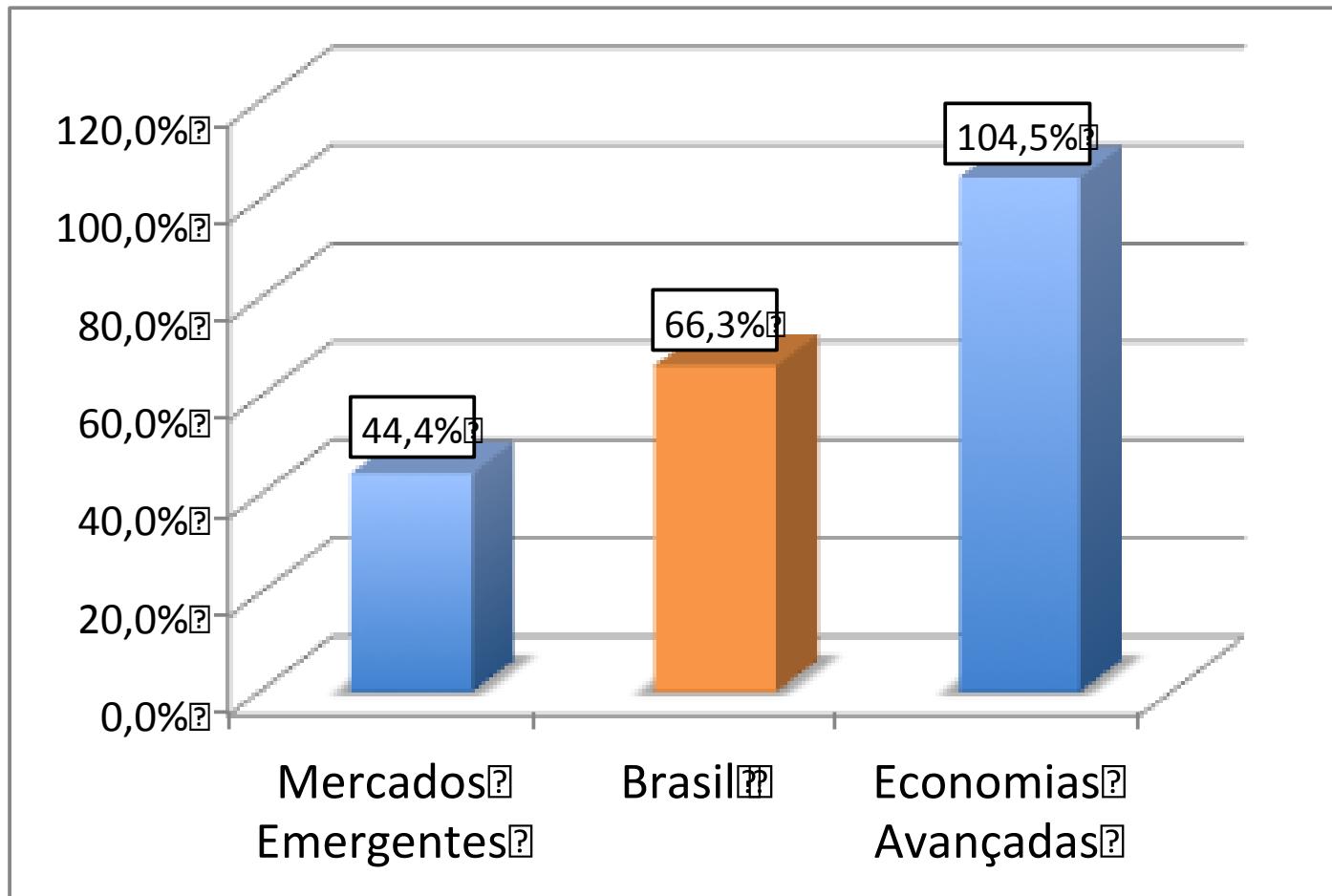
# Previdência no Brasil (INSS) – 1991-2060 - % do PIB



Fonte: LDO

- Sem reforma da previdência, de 2016 a 2060, a despesa do INSS passará de 8% para 17,2% do PIB.
- Apenas para evitar que o déficit da previdência (INSS) cresça além dos R\$ 149 bilhões (2,4% do PIB) esperado para 2016, seria necessário aumentar a carga tributária em quase 10 pontos do PIB até 2060.

Por que não aumentamos a nossa dívida pública (% do PIB)?  
Dívida Pública do Brasil já é muito alta para o nosso nível de desenvolvimento.



Fonte: FMI, 2015



# Ministério da Fazenda

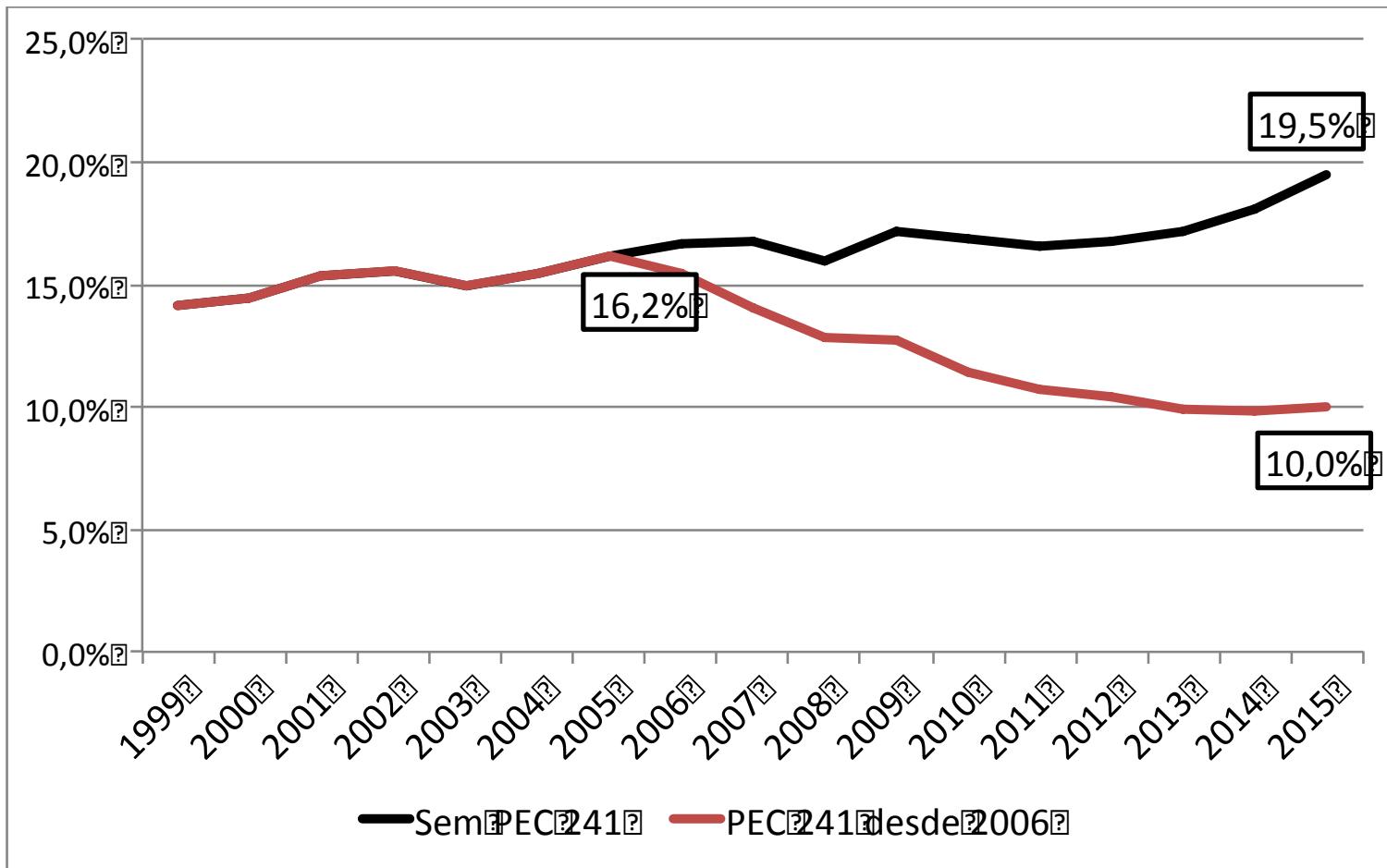
## PARTE II – O que fazer?

# 1- Ajuste Estrutural de Longo Prazo

- Governo vai estabelecer com a PEC 241 a regra de crescimento real “zero” da despesa primária do governo central por dez anos.
- A regra poderá ser modificada a partir do décimo ano. Presidente pode encaaminhar para o Congresso nova regra.
- A PEC 241 modifica a vinculação dos gastos de saúde e educação ao crescimento da receita.

- Para regra do crescimento real zero da despesa primária ser consistente no longo prazo, será preciso uma reforma da previdência.
- A regra da PEC 241 já será implementada na proposta do orçamento de 2017 a ser enviada para o Congresso no final de agosto.
- Pela primeira vez no Brasil a despesa primária passará a cair de forma consistente como percentual do PIB.

Qual seria a despesa primária em 2015 (% do PIB) se a regra da PEC estivesse em vigor desde 2006? Despesa primária no ano passado teria sido quase a metade do valor observado.



## 2- Reforma da Previdência

- Brasil precisa estabelecer uma idade mínima para aposentadoria;
- Reforma da previdência visa garantir o direito dos trabalhadores. O sistema hoje não é sustentável.
- Os trabalhadores de menor renda que não conseguiram contribuir por 35 anos no mercado de trabalho já se aposentam por idade: 65 anos homem e 60 anos mulher no regime urbano.

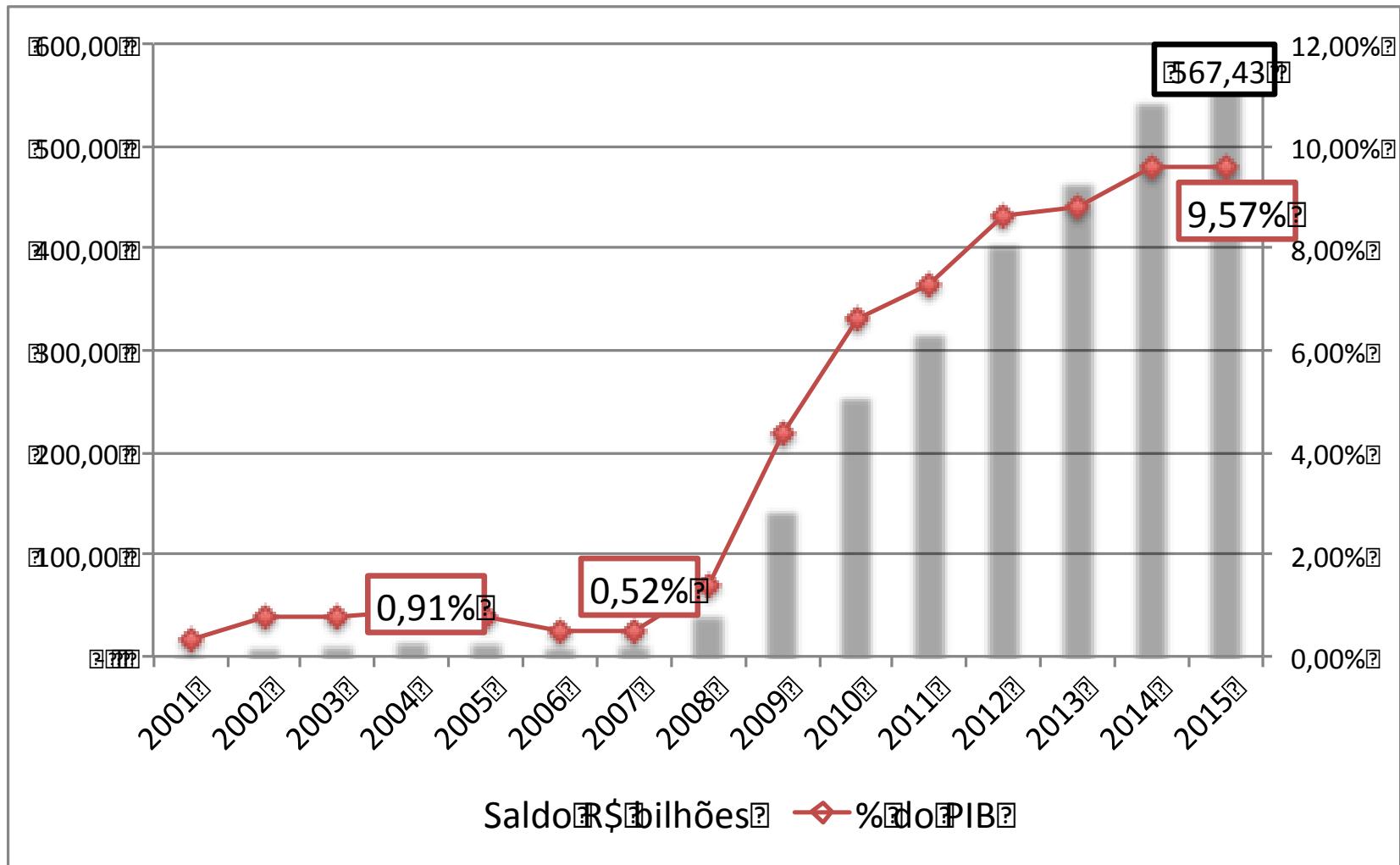
### 3 - Renegociação e Ajuste dos Estados

- De acordo com o PLP 257, estados que assinaram acordo com o governo federal não poderão aumentar a despesa primária corrente além da inflação do ano anterior pelos próximos dois anos.
- Os estados serão incorporados à PEC 241 que estabelece o novo regime fiscal.
- Tesouro Nacional passará a ser mais seletivo na concessão de garantias para novos empréstimos.

## 4- Medidas adicionais de curto prazo

- Depois da confirmação do TCU, o governo espera receber o pagamento de pelo menos R\$ 100 bilhões do BNDES.
- Aceleração da agenda de concessões e privatização.

# Empréstimos para Bancos Públicos





# Ministério da Fazenda

## PARTE III – Comentários Finais

- Brasil precisa transformar um déficit primário de R\$ 170,5 bilhões (2,7% do PIB) em um superávit primário compatível com a redução da dívida bruta/PIB.
- Ajuste fiscal pelo lado da despesa é necessariamente gradual. Não há como transformar um déficit primário de R\$ 170 bilhões em superávit em um ou dois anos, depois de uma forte recessão.
- A velocidade do ajuste fiscal dependerá, além da PEC 241, da velocidade de recuperação da receita primária do governo central. Governo federal perdeu quase 2 pontos do PIB de receita de 2011 a 2016.

- A PEC 241 é a forma mais inteligente de se fazer um ajuste fiscal sustentável: não há cortes artificiais de despesa. O foco é controlar o crescimento da despesa primária.
- A aprovação da PEC 241 em conjunto com o encaminhamento e a aprovação da reforma da previdência são os dois pilares do ajuste fiscal estrutural.
- O avanço da agenda fiscal é essencial para a redução da inflação, dos juros e para a recuperação do investimento na economia brasileira.



# Ministério da Fazenda